

ENTRE AS MEMÓRIAS E AS IDENTIDADES:
AS COMEMORAÇÕES DO BI-CENTENÁRIO
DAS INDEPENDÊNCIAS NA AMÉRICA HISPÂNICA
E OS PRINCÍPIOS DA EXCLUSÃO

*Libertad Borges Bittencourt**
libertadborges@yahoo.com.br

RESUMO: A proposta deste artigo é pensar as comemorações dos dois séculos da formação dos Estados Nações na América Latina, a partir do marco das independências (1808-1810), pontuando esse período constitutivo das histórias nacionais no continente e refletindo também sobre a inserção dos diferentes contingentes populacionais que participaram do embate com as tropas peninsulares. Nesse sentido, investigar o acontecimento em si e as reflexões sobre o mesmo após duzentos anos nos conduz à pergunta: qual a imagem construída sobre o autóctone nesse processo, uma vez que os representantes dessas camadas, denominadas então de “*los de abajo*”, foram aliados da história, aparecendo apenas nas reivindicações de uma identidade idealizada.

PALAVRAS-CHAVE: comemorações, identidade, festas cívicas.

Pensar o bicentenário das independências na América hispânica, a partir do Brasil, coloca de início algumas indagações acerca dos dois “modelos” que são diametralmente opostos. A nossa independência foi feita pelo príncipe e não contra ele; não houve no Brasil uma identificação e uma noção de pertencimento ao mundo ibérico, ao menos como ocorreu no restante do continente de colonização espanhola – sobre essa questão, há uma diferença de grau que só pode ser observada na comparação entre os processos. Na América hispânica também se lutou pela manutenção do vínculo entre a Península e os americanos, embora com a demora e as notícias desencontradas advindas da Espanha, devido à invasão das tropas napoleônicas, tenha se chegado a pensar que as autoridades peninsulares colaboravam com o invasor francês. Nesse horizonte, a proclamação da independência surgiu como uma maneira de salvar parte da monarquia na “Espanha americana”, resguardando o espaço tal qual concebido desde o período colonial para o rei ausente.

* Professora do Departamento de História da UFG.

Ao vincular essa conjuntura muito específica, passados duzentos anos, à reflexão sobre ela no presente, é preciso ressaltar que as guerras, com todas as vicissitudes que momentos como esses significam, são retomadas agora num novo contexto, de celebração. Apesar de buscar-se recuperar as dificuldades e a trajetória dos homens que a conduziram, é preciso também considerar que, quando se pensa em comemorações, se pensa em festas. Reportando-me à Mona Ozouf, que se refere às festas em comemoração à Revolução Francesa, essas se tornaram objeto da história, mesmo que tal inclusão ocorra com alguns equívocos, particularmente porque “a história da festa será a história de um fenômeno em grande parte cego para a história”. A autora resalta que “o tempo que as festas celebram é o tempo regenerável, aquele que a comoção revolucionária tem a virtude de reatualizar num movimento inédito: a alegria esfuziante das festas [...] diz da capacidade do tempo em fazer morrer o velho mundo e engendrar o novo” (OZOUF, 1995, p. 218).

Dentre diversas possibilidades para refletir sobre a questão, a escolha de um caminho torna-se uma tarefa ímpar. Olhar o passado não como projeção do futuro, evitando o anacronismo, é o compromisso tácito da prática historiadora. Há que se ressaltar a limitação da capacidade de se ler as experiências no passado, seja pela distância, seja pelas lacunas das fontes das quais nos valemos para o exercício de rememorar. Nem por isso a tarefa do historiador deixa de ser singular.

Evidentemente que a historiografia tem adicionado novos elementos à investigação sobre as independências, na medida em que novas fontes são trazidas a lume, permitindo que diferentes perspectivas sejam sinalizadas. Isso sem considerar que, por diferentes razões, aspectos, antes relegados ao segundo plano, possam ser valorizados e vice-versa, num acordo com as conjunturas peculiares de cada nação envolvida no processo de rememorar.

A perspectiva do historiador como um “juiz” ou como um “legista”, pelo fato de se debruçar sobre acontecimentos de tempos pretéritos, já concluídos, e proferir uma “sentença”, a partir das questões postas às fontes, confere à nossa tarefa o peso da palavra abalizada. Por isso o potencial do olhar sobre o passado nos processos de independência na América hispânica leva-nos a avaliar a experiência do período, com o objetivo de focar nossa atenção nas lacunas sobre as comemorações da cena histórica que se prolongam no presente, apesar das distintas abordagens feitas, particularmente nas comemorações do centenário, nas primeiras décadas do século XX.

O período em que se rememoram momentos históricos ímpares, particularmente as comemorações “redondas” como as de meio século, as dos centenários, as dos sesquicentenários, dentre outras, não obstante o regozijo com cada efeméride, pode ensejar processos contraditórios entre si. Carrera Damas ressalta que a lembrança pode significar dois estados de ânimo. Um seria regido pelo desalento; contudo, pontua, se esse pode ser considerado a ante-sala da desilusão, também pode ser o primeiro ato de imolação individual ou coletiva. O segundo “estado de ânimo” é aquele da certeza da possibilidade de retorno em alguma forma e grau do que se rememora (CARRERA-DAMAS, 2005).

Segundo o autor, esse processo permite inferir, igualmente, que a relação entre os dois estados de ânimo diminuem a passividade, mais ou menos prolongada, e o pacto acomodaticio, individual e grupal, mais ou menos tácito, mais ou menos generalizado, se bem que estes ocorram em conjunção com modos individuais e coletivos de resistência, ativa ou velada. Entretanto, a motivação dessas atitudes é apenas uma: a negação do que se interpõe ao retorno do que é rememorado.

Carrera-Damas (2005) ressalta ainda que o ato de recordar, compreendido sob essa perspectiva, pode parecer um recurso retórico, concebido para confortar, trazendo em si um princípio estimulante, já que consiste não tanto em trazer à memória algo para excitar, mas para deslocar algo que se tenha presente, do qual se encarregou ou que se tomou ao seu cuidado. As comemorações de que trata este texto se inserem nessa perspectiva, ao retomar aspectos pouco considerados ou subdimensionados nas histórias nacionais.

Segundo Hobsbawm (1988), os centenários foram inventados no final do século XIX, em algum momento entre o centésimo aniversário da Revolução Americana, em 1876, e o da Revolução Francesa, em 1889. Ambos os acontecimentos foram comemorados com exposições internacionais, que tinham como objetivo mostrar que “aquele mundo, nascido entre a Declaração de Independência, a construção da primeira ponte de ferro do mundo e a tomada da Bastilha, estava completando cem anos” (HOBSBAWM, 1988, p. 29). Ao indagar qual seria o resultado de uma comparação entre o mundo dos anos 1880 e o dos anos de 1780, o autor responde que, em 1880, ele era genuinamente global. Quase todas as suas partes eram conhecidas e mapeadas, de modo mais ou menos adequado. Com mínimas exceções, a exploração já não consistia em “descoberta”, mas numa forma de esforço, muitas vezes mesclado a importantes elementos de competição nacional.

As exposições se inseriram nessa competição e os países rivalizavam entre si, buscando evocar simbolicamente a grandiosidade da efeméride comemorada. Dentre os monumentos símbolos, talvez a Torre Eiffel seja a mais emblemática desse período. Até mesmo o Brasil se inseriu nessa perspectiva, nas comemorações do centenário da independência, em 1922, quando foi organizada a Exposição Internacional do Centenário, com o propósito de celebrar o ideal nacional. A então capital do país, o Rio de Janeiro, sediou a exposição e, segundo Maurício Tenório, governos como o de Epitácio Pessoa “encontraram nas exposições alívio para seus problemas políticos e um meio de demonstrar vitalidade política e econômica. Para Epitácio Pessoa (apud Tenório, 1994, p. 126), a exposição foi também um meio de fortalecer a centralização do poder em um contexto de conflitos regionais”.

Esse tipo de comemoração enseja também uma confraternização continental e mesmo mundial; uma celebração organizada para ser entronizada pela história. Para a exposição do centenário brasileiro foram convidados diversos países encarregados de mostrar suas manifestações culturais mais expressivas em pavilhões específicos. De acordo com Tenório, dentre os países que marcaram presença, os Estados Unidos tiveram uma participação significativa, com uma delegação oficial expressiva, e importante participação também do setor privado. Por sua vez, o interesse mexicano pela exposição foi importante também para o presidente Obregón do México. Num momento de transição da fase armada da Revolução de 1910, José Vasconcelos, muito prestigiado pelas elites intelectuais latino-americanas, foi designado como delegado mexicano especial para a celebração.

O México também se preparava para comemorar com pompa e circunstância o centenário da independência em 1910, uma década antes da comemoração brasileira. Porfirio Díaz pretendia passar à história também pela celebração, mas pontificou na mesma pela sua prolongada presença no cargo político máximo do país e por ter sido impedido de assumir mais um mandato presidencial, exatamente em 1910, em função da Revolução.

A Revolução Mexicana, a primeira a ocorrer no século XX, cuja violência e participação popular marcaram a história e impressionaram o mundo, colocou o México no debate latino-americano. Em decorrência disso, a presença mexicana foi um acontecimento na exposição do centenário brasileiro. O pavilhão mexicano foi elaborado em estilo colonial e uma réplica do monumento a Cuauhtémoc, postado no *Paseo de La Reforma*, na Cidade do México, foi reproduzida e enviada ao Rio de Janeiro. Mesmo José Vasconcelos, que destacava a prevalência da cultura hispânica no México,

não pôde impedir que a representação máxima do país fosse feita mediante o símbolo do poder pré-colombiano.

Tenório (1994) sintetiza a composição do pavilhão mexicano na exposição do centenário brasileiro, que mesclava elementos do mundo pré-colombiano e da modernidade mexicana, incluindo um livro cujas imagens já tinham sido utilizadas pelo governo porfiriano em diversas exposições universais. Todo esse esforço era visível porque o Centenário da Independência do Brasil havia sido antecipadamente celebrado na Cidade do México, em diversas atividades. Dessa maneira, a exposição do Rio de Janeiro era a oportunidade para se efetivar a contrapartida, que se deu com a realização de um festival mexicano. Essas iniciativas são características desse período, fruto da conjuntura explicitada por Hobsbawm (1988).

Mais uma vez nos aproximamos de marcos que ensejam esse tipo de comemoração, se bem que as exposições mundiais tenham caído em desuso. Os anos imediatamente anteriores a 2008 colocaram em marcha, do México à Argentina, propostas que visam celebrar um marco importante para os países que compõem a chamada América hispânica, dando início, desde então, ao processo comemorativo do bicentenário das independências deflagrado em 1810.

Pensar esse processo de separação e sua comemoração, num interregno de dois séculos, significa refletir sobre as figuras que o conduziram, desde as pessoas comuns que se converteram à causa da independência até os líderes que assumiram a linha de frente e deixaram seu nome registrado na história. Se os desdobramentos dos embates levaram à ruptura entre o povo e seus líderes, no período imediatamente posterior às guerras, fazendo com que muitos desses próceres fossem punidos com a morte ou com o exílio, já, nas décadas seguintes, urgia a necessidade de elevar esses homens aos panteões nacionais, sobretudo pela valorização da sua trajetória singular. A magnitude do empreendimento avultou no horizonte e, na medida em que o equacionamento das questões mais prementes permitia, a valorização da obra separatista tornou-se a tônica simbólica constitutiva da nação, num processo que se reinventa há duzentos anos.

No Brasil e mesmo em muitos outros países que compõem a América Latina, é difícil dimensionar a envergadura da obra empreendida pelos libertadores. Robert Harvey (2002) destaca a tarefa de Bolívar em sua marcha épica pelo Orinoco, através das planícies pantanosas do sul do país, passando pelos cumes andinos, chegando a Bogotá e libertando, ainda, o Equador, Peru e Bolívia. O exército de San Martín, além da libertação da atual Argentina, auxiliou O'Higgins a libertar o Chile e se uniu a Bolívar

para as lutas no Peru. O autor enfatiza que alguns notáveis personagens como Simon Bolívar, Francisco de Miranda, Bernardo O'Higgins, José de San Martín e Agustín Iturbide libertaram o enorme continente de um dos impérios mais duradouros e militarmente repressivos que o mundo havia conhecido, a Espanha.

Não obstante a magnitude do empreendimento e seu sucesso, ao fim e ao cabo, essas figuras não obtiveram de seus coetâneos o reconhecimento necessário. Miranda foi traído por seus próprios partidários e morreu num cárcere espanhol. Tuberculoso e amargurado, Bolívar morreu desencantado, em um povoado da costa colombiana, sendo esse momento final magistralmente descrito na obra literária de Gabriel García Márquez, *O general em seu labirinto*. San Martín morreu no exílio, mesmo destino de O'Higgins. Iturbide, quando voltou ao México, foi feito prisioneiro e executado. A sorte desses homens foi selada em função da acusação de que eram culpados pela ruína que acompanhou as jovens nações no alvorecer da sua vida independente, aliada aos localismos e às disputas intestinas pelos cargos diretivos.

Apesar de encaminhamentos muito parecidos, o processo das revoluções pela independência na América hispânica é muito vasto para ser contemplado de forma abrangente. É preciso considerar os aspectos internos e externos, uma vez que o amadurecimento da perspectiva separatista deveu-se à conjuntura particular das invasões napoleônicas na Península Ibérica, consolidando o que Guerra (2000) analisa como “a evolução dos espíritos” que conduziram a ruptura. O autor alude à evolução no sentido de que, tanto na Espanha peninsular quanto nas colônias, esse período significou um momento de transição peculiar, pois o tradicionalismo dos primeiros levantamentos cedeu espaço a um debate muito moderno, numa conjuntura recheada de surpreendentes reviravoltas. A perspectiva inicial de resguardar os direitos do rei ausente, preso pelas forças napoleônicas, cedeu espaço para se pensar o modelo de Estado que se almejava, quando a idéia de independência se consolidava.

Ao analisar o início do processo, em 1808, Guerra (2000, p. 115-116) destaca que as circunstâncias militares e políticas interromperam por alguns meses a concretização da vitória, porém ideologicamente as elites mais modernas ganharam a batalha no final de 1809. Nesse sentido, a América passou, ao mesmo tempo, em menos de dois anos, de um patriotismo hispânico exacerbado e unânime a uma série de agravos aos peninsulares, que foi a causa da ruptura, então irreversível.

O período entre 1808 e 1810 é crucial, particularmente para os hispano-americanos, pois foi nesse curto espaço de tempo que os *criollos*

se deram conta de que não eram espanhóis, mas americanos, perspectiva essa amadurecida depois de um longo ressentimento pela sua condição de exclusão, quando sempre se consideraram iguais. Ferreira (1971, p. 71) é um dos autores a ressaltar esse aparente paradoxo, quando destaca que “em torno do direito de acesso aos cargos públicos o *crioulo* se afirmara espanhol a igual título que os reinóis rejeitando qualquer ligação racial ou histórica com o índio por ele também considerado inferior”. Esse descolamento foi tão efetivo que, ainda hoje, os indígenas de Oaxaca e de outras regiões do México se referem aos “brancos” como *gente de razón* e a si mesmos como *gente de costumbre*. *Los de abajo* foram a tal ponto segregados que os precursores da independência mexicana, Hidalgo e Morelos, não obtiveram apoio das elites na então Nova Espanha. Era flagrante o medo que se nutria da possibilidade das camadas subalternizadas chegarem ao poder.

Nesse passo, Ferreira (1971, p. 74) enfatiza que a guinada ocorreu porque

[...] o *jus soli* negativo que havia excluído os crioulos das posições de mando, transforma-se em autêntica reivindicação da consciência nacional [...] é a América do passado índio, mítico, que se opõe a uma Espanha em crise [...] uma América que se levanta em armas não apenas para se libertar da opressão do monopólio comercial e do exclusivismo administrativo, mas também para se vingar da “legenda da inferioridade natural.

Durante o período colonial o *criollo* renegou o índio, mesmo que o exaltasse de forma literária e mítica. Anote-se que a exceção literária tinha um objetivo, o de ressaltar a narrativa dos horrores cometidos pelos espanhóis durante a conquista. Essa aparente contradição persistiu até a “virada ideológica”, no início do século XIX. Se os índios, para os objetivos da separação, foram considerados como iguais ou autóctones, passado essa circunstância, foram mais uma vez excluídos do processo. Há um *continuum* cultural que se reporta ao lugar do índio como algo ausente, mesmo expressando o projeto recorrente de construção de uma identidade americana com a confluência das “três raças”.

Com a independência, “o povo em armas” representava um risco a ser controlado, reflexão própria do pensamento liberal conservador. Portanto, a partir dessa compreensão, a fase da guerra se constituiu em etapa necessária para o rompimento da situação colonial, mas não pôde ser tomada como momento de fundação, uma vez que esteve relacionada a um descontrole que devia ser evitado. Nesse sentido, a presença do índio na

guerra não se coloca como momento constitutivo da formação nacional (BITTENCOURT, 2007, p. 25).

Ao se comemorar mais um século da constituição dos Estados nações, não se conseguiu equacionar, mesmo nos países com significativo contingente indígena, o que fazer com a “herança” dessa parcela. Como nas comemorações anteriores, a presença indígena no continente pode ser, mais uma vez, a referência da autenticidade, ao mesmo tempo em que permanece alijada do debate sobre a construção das nações e a comemoração que lhes é alusiva.

Ao se pensar as independências, sob a perspectiva das comemorações de marcos históricos precisos como os centenários, nunca é demais retomar a tradição espanhola de liberdades locais, mantida acima de imposições legais do aparato burocrático de poder do Estado Espanhol, mais aparente do que efetivo. Novamente me reporto a Guerra que enfatiza a relação entre o rei e seus reinos, vista como uma relação bilateral entre os vassalos e o seu senhor. O vínculo do rei com seus reinos reportava-se sempre à “fé jurada”. Em função dessa relação, na Nova Espanha, atual México, mesmo após a deposição de Fernando VII do trono espanhol, não se buscava a independência, mas a recondução do rei ao seu lugar de direito, como já assinalado. Os índios também se incluíam nessa vassalagem, como atesta a citação:

[...] Las Parcialidades de Indios de esta corte (ciudad de México) su pueblos y barrios anexos [...] creen que haría agravio a las leyes que han jurado obediencia, al amor que han profesado a sus Reyes [...] si se mostraren insensibles y no tomaren parte a las calamidades públicas[...] Los Indios son los primeros que sacrificarán sus cortos bienes propios e comunes, su reposo y tranquilidad, sus hijos e familias, y hasta la última gota de su sangre, por no rendir vassalage a quien solo merece el justo enojo de nuestra nación. (GUERRA, 2000, p. 153)¹

Essa avaliação avulta com relevância uma vez que os processos de independência e a constituição dos Estados Nações foram o marco para o aprofundamento da reflexão sobre a nação e a construção da identidade nacional. Como a nação é sempre pensada por uma elite intelectual, operou-se uma hierarquização do índio como valor simbólico no pensamento e no espaço. Dessa forma, o indigenismo nasceu capturado, a partir de uma percepção englobante de matriz européia. Mais uma vez capturado, o índio torna-se objeto e não sujeito: um estrangeiro na sociedade inclusiva (BITTENCOURT, 2007, p. 23).

Pensar globalmente pode ser um problema para o historiador, dadas as especificidades regionais. Contudo, quando se trata do período imediatamente posterior às guerras, ressalta-se o fato de que as antigas colônias hispânicas compartilhavam ordenamentos jurídicos e instituições administrativas moldadas pelos padrões ibéricos e, apesar da presença significativa dos índios nas lutas pela separação em alguns países, esses foram ignorados, já que os *criollos* pensavam a nação como constituída pelos elementos europeus. A ausência indígena sequer foi tomada como problema, o campo de exclusão definia os projetos.

A construção de um projeto de nação, mesmo que no longo prazo, se apresentava para as elites pós-independência de formas não frontalmente opostas às correntes de pensamento então em voga. Apesar das independências terem sido conduzidas pelos *criollos* sintonizados com a cultura europeia, é mister ressaltar que estes homens estavam imbuídos de fortes sentimentos nativistas americanos. Essa percepção é a tônica de uma reflexão clássica de Bolívar (1815):

No somos índios, ni europeos, sino una especie de mezcla entre los legítimos propietarios del país y los usurpadores españoles; en suma, siendo nosotros americanos por nacimiento, y nuestros derechos los de Europa, tenemos que disputar a éstos a los del país, y que mantengamos em él contra la invasión de los invasores; así nos hallemos en el caso más extraordinario y complicado.

O contato com as correntes de pensamento francês e inglês do século XVIII foi importante para que fossem divulgadas, entre as gerações intelectuais do final do período colonial, as idéias de soberania popular, de poder limitado por normas jurídicas e de livre eleição dos governantes pelo povo. Já no século XIX, decorridas algumas décadas das independências, as elites latino-americanas acompanharam com atenção as experiências nacionalistas europeias e incorporaram fórmulas e projetos que lhes interessaram para “regenerar” suas repúblicas mergulhadas na “barbárie”, expressões típicas das últimas décadas do século. A barbárie não era o índio em especial; o verdadeiro problema a resolver era a infundável guerra civil, legitimada pelo ideário republicano federalista. Nesse horizonte, a perspectiva da imigração como elemento modelador da sociedade almejada se consolidou em muitos projetos de nação formulados por intelectuais do continente. Os autóctones, mais uma vez, foram aliçados dessas reflexões.

Libertad Borges Bittencourt. Entre as memórias e as Identidades:...

Apesar de o projeto colonial conferir uma hierarquização dos padrões comportamentais de colonos e colonizados, ao impor aos índios a condição de estrangeiros em sua própria terra, sem que se reconhecesse sua dimensão de sujeito, a tradição nacional alimentou a tese da comunhão entre índios e brancos; no Brasil os negros também foram incluídos nessa comunhão. Entretanto, a prática política conferiu poucos espaços aos índios na América, realçados apenas nas imagens mobilizadoras do sentimento de nacionalidade.

Nos momentos de comemoração, essas questões emergem com muita intensidade, uma vez que, em tempos de valorização da alteridade e do reconhecimento do multiculturalismo, a tendência é a de revalorização dos distintos componentes étnicos da nação e cumpre indagar se nas comemorações dos dois séculos da independência o espaço do índio será efetivamente considerado. Isso porque até o momento o que se percebe é a reflexão sobre os grandes heróis e uma ou outra figura européia que se postou ao lado dos próceres da independência. Acredito que retomar esse objeto, e inclusive comemorá-lo, deve depender da utilização de novas perspectivas, sempre possíveis quando se mergulha em fontes, mesmo que não mais inéditas. Comemorar exige expor a recorrente exclusão, permanência do passado em nosso presente.

Mona Ozouf (1995) enfatiza que os organizadores da festa cívica são formais e, desde a origem, acentuam a sua ambição de abraçar a história. Cada um espera da festa que ela ensine a Revolução àqueles que não a conheceram diretamente e, por isso, o texto escrito e a palavra são obstinadamente encarregados de reaver tudo. Esse memorialismo seria fácil de ser utilizado para qualquer fim e, em virtude disso, esse tipo de festa é falada muito mais do que festas mostradas ou representadas. A própria decoração e os símbolos utilizados configuram uma pedagogia tácita, que necessita de palavras para estabelecer sua adequação à cerimônia. A pretensão é de fornecer à história o espelho em que se lê o acontecimento completo, ilustrando uma intenção histórica particular. “Sente-se que importa menos a essas festas renovar uma emoção do que fixar uma narrativa” (OZOUF, 1995, p. 219).

Nessa perspectiva, na América do Sul, o caso da Venezuela merece destaque, particularmente pelas iniciativas tomadas pelo atual governante Hugo Chávez de alavancar um processo sem precedentes no continente. Nas ações desse governo, está claro o seu desejo de levar às últimas instâncias a tentativa de estabelecer um paralelismo entre o tempo presente e uma conjuntura histórica distinta, como foi o processo de independência da Venezuela e o papel de Simón Bolívar, nas primeiras décadas do século XIX. Chávez, que chegou ao poder em 1999, batizou o processo político

estabelecido pelo seu governo de revolução bolivariana e tem empreendido esforços para reexaminar a história nacional, que, segundo sua perspectiva, escamoteia eventos em detrimento de versões pouco abalizadas.

Ao mudar o nome do país para República Bolivariana da Venezuela, Chávez colocou em curso uma tentativa ininterrupta de vinculação entre sua atuação e os atos de Bolívar, de tornar independente não apenas a atual Venezuela, mas territórios contíguos, como os da atual Colômbia, do Peru, do Equador e da Bolívia. Chávez se imiscui na política não apenas do subcontinente, mas também na América Central, particularmente na Nicarágua e em Cuba, recuperando o que considera o grande propósito de Bolívar, no afã de reconstruir uma versão bolivariana da história das relações internacionais no continente. Se, no cotidiano de suas iniciativas governamentais, esse afã já deixou marcas, ao romper com versões canônicas de distintos acontecimentos, há que se considerar o peso que as comemorações podem conferir a iniciativas nem sempre pautadas pela “verdade dos fatos”, que é uma característica válida da reflexão histórica, a despeito de algumas críticas demarcadas a partir da crise dos paradigmas.

Na América do Sul, a Venezuela, efetivamente, programou longas etapas comemorativas, que tiveram início ainda em 2005. A mais recente iniciativa do governo, sob a alegada razão de reexaminar os restos mortais do herói da libertação, diante da hipótese de que Bolívar teria morrido assassinado e não de tuberculose, causa oficial da sua morte, foi a divulgação de que o sarcófago do libertador seria aberto para que seus restos mortais fossem exumados e analisados.

Essa iniciativa sem precedentes é parte de discursos recorrentes do atual mandatário venezuelano, que, num revisionismo incansável, visa minimizar o papel de outros próceres da independência, como o colombiano Francisco de Paula Santander (1792-1840) e o venezuelano José Antonio Páez (1790-1873). Cito esses nomes, porém, sem deixar de anotar a importância da disputa entre a dimensão histórica de San Martín e Bolívar diante do acontecimento da independência, já que as duas figuras tiveram destacado papel na luta dentro e fora de seus territórios, no interior da América do Sul. Chávez considera Santander e Páez traidores devido ao rompimento desses com Bolívar, em função dos desencontros causados pela guerra e pela administração das finanças e do território. A partir da consideração de traição, o mandatário venezuelano tem afirmado que retirará do panteão nacional os restos do general Páez, vencedor da batalha de Carabobo (1821), que selou de forma definitiva os caminhos da independência na região (MÁRQUEZ, 2008).

A própria historiografia cria um repertório de representações que contribui para consolidar a idéia de nação e, nesse repertório, sempre cabe ao Estado a missão de conduzir o nascimento de cada coletividade, definindo o lugar e o papel reservado a cada segmento social no contexto nacional. Daí a importância das comemorações, já que podem ensejar políticas e eventos menos representativos que, conforme o grau de formalismo e de autoridade de que estejam revestidos, podem produzir muito mais do que uma ressignificação dos acontecimentos, constituindo uma nova versão para o passado, beneficiada pela distância dos acontecimentos e pelo desconhecimento da própria dinâmica da História. Nesse caso, o problema não é a nova versão, na medida em que as novas versões são parte da relação entre passado e presente, mas sim uma versão que rompe exatamente com essa dinâmica relacional entre passado e presente, posto que é encarcerada pela ideologia e pela força das circunstâncias.

Sem dúvida, o ano de 2010 será momento de inflexão na vida dos estados-nações hispano-americanos. Ao associar os indícios das independências às comemorações, passando brevemente pelas comemorações do centenário no Brasil e expondo as primeiras iniciativas na Venezuela para o bi-centenário, este artigo buscou refletir sobre quem faz a comemoração e qual o sentido que se pode conferir à participação popular. Resta anotar a distância entre as reflexões históricas contemporâneas, que valorizam o sujeito comum, e as comemorações, que insistem em projetar, indistintamente, a exclusão, mesmo quando – e provavelmente por isso mesmo – parecem agregar fraternalmente à comunidade nacional, que permanece forte justamente porque imaginada.

Between the Memories and the Identities: the Commemorations of the Bicentennial of the Independences in the Spanish America and the Exclusion Principles

ABSTRACT: This paper intends to offer reflections on the commemorations of the two centuries of the constitution of the Nations in Latin America, starting from the landmark of their independences (1808-1810), punctuating this constitutive period of the national histories in the continent and reflecting also on the insertion of the different contingents of people who participated of the fights against the peninsular army. In this way, to consider the event by itself and the reflections about it after two hundred years make one think about how has it been seeing and how is envisaged the autochthon in this process, since those layers so called “los de abajo” were thrown away from history, appearing only in the claims for an idealized identity.

KEY-WORDS: commemorations, identity, civic-parties.

NOTA

- 1 “Ofertas hechas al próprio Exmo. Sr. Virrey por las Parcialidades de Indios de esta Capital” (GAZETA DE MÉXICO apud GUERRA, 2000, p. 665-666).

REFERÊNCIAS

- BITTENCOURT *Libertad Borges. A formação de um campo político na América Latina: as organizações indígenas no Brasil*. Goiânia: Ed. da UFG, 2007.
- CARRERA DAMAS, Germán. *Recordar la Democracia*. Disponível em: <http://fmaill10.uol.com.br/CGI-bin/webmail.exe>>. Acesso em 16 jun. 2005.
- FERREIRA, Oliveiros S. *Nossa América: IndoAmérica*. São Paulo: Pioneira Editora/USP, 1971.
- GUERRA, François Xavier. *Modernidad e independencias: ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. 3. ed. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 2000.
- HARVEY, Robert. *Los Libertadores: la lucha por la independencia de América Latina (1810-1830)*. Barcelona: RBA Libros; Novagrafik, 2002.
- HOBBSAWM, Eric J. *A era dos impérios – 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- MÁRQUEZ, Humberto. *Venezuela: La revolución abre la tumba de Bolívar*. Disponível em: <<http://br.f533.mail.yahoo.com/ym/ShowLetter.box=Inbox&Msgld>>. Acesso em: 19 fev. 2008.
- OZOUF, Mona. A festa sob a revolução francesa. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História novos objetos*. 4. ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1995.
- TENORIO, Mauricio. Um Cuauhtémoc carioca: comemorando o Centenário da Independência do Brasil e a raça cósmica. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 7 n. 14, p. 123-148, 1994.